

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA 1.010 DO CONSELHO PLENO
Sessão realizada por vídeo conferência conforme Decreto 59.283/2020

01	Aos vinte e seis dias do mês de agosto de dois mil e vinte e um, às dezesseis horas, realizou-se
02	a Sessão Plenária nº 1.010, em ambiente virtual, sob a presidência da Conselheira Teresa
03	Roserley Neubauer da Silva (Rose Neubauer) . Contou com a presença das Conselheiras
04	Titulares Cristina Margareth de Souza Cordeiro, Emília Maria Bezerra Cipriano Castro Sanches,
05	Fátima Cristina Abrão, Karen Martins de Andrade, Maria Cecília Carlini Macedo Vaz, Marina
06	Graziela Feldmann, Sueli Aparecida de Paula Mondini e Neide Cruz, e dos Suplentes Fátima
07	Aparecida Antonio, João Alberto Fiorini Filho, Lucimeire Cabral de Santana, Maria Adélia
08	Gonçalves Ruotolo, Silvana Lucena dos Santos Drago e Vera Lucia Wey. No Expediente da
09	Presidência , a Conselheira Rose Neubauer deu boas-vindas a todos e justificou ausência das
10	Suplentes Helena Singer e Luci Batista Costa Soares de Miranda. Colocou em discussão a Ata
11	da Sessão Plenária Ordinária nº 1.009, de 19.08.2021, que foi aprovada. Em seguida, a
12	Presidente Conselheira Rose Neubauer comunica que a SME encaminhou processo sobre a
13	priorização curricular do Ensino Fundamental, distribuído para todos os Conselheiros. A
14	Conselheira Sueli Mondini sugere que a discussão sobre o documento de priorização
15	curricular aconteça na sessão de 09.09.2021, a fim de que todos os Conselheiros da Comissão
16	de Currículo possam analisar dentro dos seus componentes, com elaboração de documento, o
17	que a Presidente Conselheira Rose Neubauer aprovou, para posterior envio de Ofício com
18	colaborações do CME à SME. No Expediente dos Conselheiros , a Conselheira Silvana Drago
19	sintetiza a audiência pública que aconteceu nos dias 23 e 24 de agosto, organizada pelo STF a
20	respeito da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI 6.590, com pedido de medida cautelar,
21	sobre a Política Nacional de Educação Especial, Decreto Federal nº 10.502/2020. No primeiro
22	dia da audiência pública, aberta pelos Ministros Dias Toffoli e Cármen Lúcia, a maior parte das
23	apresentações eram de representantes do Governo Federal – MEC, Ministério da Saúde e
24	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – defendendo o Decreto, com foco
25	na liberdade de escolha, com argumentos de que a política anterior não assegura a liberdade
26	da família de que escolher o que é melhor para seus filhos, com falas apoiadas sobre qual é o
27	ambiente mais adequado para o atendimento dos estudantes com deficiência. Ainda no
28	primeiro dia, o Conselho Regional de Psicologia, contrário ao Decreto, apontou evidências
29	científicas sobre a importância da inclusão na escola comum sem o tratamento terapêutico no
30	mesmo espaço. O Ministério Público defendeu o direito dos estudantes com deficiência,
31	citando o Manifesto dos Pioneiros de 1932 como referência às políticas públicas fragmentadas
32	e que ameaçam os direitos. A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
33	denunciou que o MEC não ouviu a CONAE e as discussões do Plano Nacional de Educação -
34	PNE a respeito. Houve a apresentação de diferentes olhares, posicionamentos distintos de
35	peças com e sem deficiência, com claro posicionamento das instituições privadas que não
36	querem atender os alunos com deficiência, enquanto o Ministério Público, a Defensoria
37	Pública e outros órgãos defenderam a inclusão nas escolas comuns. A Conselheira Marina

38 **Feldmann** completa que ficou impactada com a fala da representante da Secretária Nacional
39 da Pessoa com Deficiência, que fez Mestrado em Educação: Currículo da Pucsp, embora se
40 contrapondo à perspectiva da Educação Inclusiva apresentou uma argumentação lógica e
41 consistente, baseando-se nos princípios da singularidade e da liberdade de escolha da família,
42 e que é importante essa escuta pela legitimidade do seu lugar de fala, pois é surda e tem
43 família surda, uma militante na área, e que a mesma ocupa um lugar de destaque na
44 formatação dessa política. A **Conselheira Cristina Cordeiro** também completa, sobre o
45 primeiro dia, que os Promotores e Defensores Públicos se destacaram, principalmente os de
46 São Paulo que pertencem ao Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes, com
47 posicionamentos contrários ao Decreto, e alguns inclusive falando da vivência pessoal, pois
48 possuem filhos com deficiência. Sobre o segundo dia, a **Conselheira Silvana Drago** cita que
49 participaram representantes da comunidade acadêmica, instituições internacionais,
50 associações, entidades de direitos humanos e instituições voltadas para a educação de pessoa
51 com deficiência. As instituições internacionais trouxeram o problema de o Brasil quebrar
52 acordos de convenções internacionais, e o que isso representa. Destaca ainda a apresentação
53 do Instituto Alana que se utilizou da fala das crianças, com e sem deficiência, um momento
54 emocionante da discussão. Por fim, diz que o debate foi significativo para conhecer todos os
55 pontos de vista e, principalmente, escutar as pessoas com deficiência, e encaminhará as falas
56 mais marcantes por e-mail para todos os Conselheiros. Na sequência, a Presidente **Conselheira**
57 **Rose Neubauer** passa à **Ordem do Dia: 1) Exposição sobre os itens do Anuário Brasileiro da**
58 **Educação Básica 2021 - Todos Pela Educação.** A Presidente **Conselheira Rose Neubauer** inicia
59 contextualizando a decisão de discutir os diferentes itens do Anuário Brasileiro de Educação
60 Básica 2021, com dados de 2020, elaborado pelo *Todos Pela Educação*, o que foi distribuído
61 nas diferentes Câmaras. Na CAFEM foram apresentados, pelos Conselheiros, cada um dos itens
62 e seus pontos mais importantes. Já a CEIFAI discutiu a parte introdutória do documento, sem
63 entrar na especificidade de cada um dos itens do documento. A Presidente da CEIFAI,
64 **Conselheira Emília Cipriano**, propõe iniciar a discussão pela introdução do Anuário, com os
65 destaques que a CEIFAI identificou. A Presidente **Conselheira Rose Neubauer** diz que a CAFEM
66 fez essa discussão na semana passada, partindo nessa semana para as especificidades do
67 documento. Pede então que a CEIFAI recolocque a discussão introdutória. A **Conselheira Emília**
68 **Cipriano** concorda, exaltando a importância da discussão teórica com a participação de todos,
69 e passa a palavra para a Conselheira Lucimeire Cabral que representará a CEIFAI, resumindo a
70 discussão. Com a palavra, a **Conselheira Lucimeire Cabral** inicia comentando que o Anuário
71 Brasileiro da Educação Básica apoia, com dados importantes, as discussões das Comissões CME
72 de Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos. Em seguida, coloca que a discussão na
73 CEIFAI teve início com o texto introdutório de opinião *“A Educação pós-pandemia: é preciso*
74 *agir agora”*, que induz o pensamento sobre fazer o presente, a partir dos dados como apoio
75 para a tomada de decisões, a fim de verificar o impacto cotidiano para enfrentar os reflexos da
76 situação de pandemia. Outro importante destaque para a CEIFAI foi que o relatório está
77 relacionado às metas do Plano Nacional de Educação – PNE, o que contribui na análise a partir
78 da perspectiva histórica e se estamos no caminho ou não do cumprimento dessas metas para
79 o estabelecimento das políticas de Educação. Todo o relatório tem foco na equidade,

80 discutindo as especificidades das características regionais, atentando para as questões de nível
81 socioeconômico, contribuindo para um olhar para além da cidade de São Paulo, nossos
82 avanços e também nossas potencialidades. Sobre o papel da Escola, o texto resgata essa
83 discussão que foi latente durante toda a pandemia, e até a comparação com o papel do SUS e
84 a importância da gestão pública na Saúde e na Educação. Os desafios para a rede pública, que
85 possui números consideráveis de estudantes e professores, são muitos, como a necessidade
86 do Sistema Nacional de Educação em um país enorme e diverso. A **Conselheira Silvana Drago**
87 completa que discutiram a importância dos dados de raça, etnia, situações de vulnerabilidade,
88 localidade, olhando os dados buscando compreender as condições que fazem com que
89 determinados grupos estejam fora da escola. Além disso, quando se observa os dados da
90 região Sudeste, nem sempre o estado de São Paulo é o que lidera os números positivos, com
91 destaque para o Espírito Santos em muitos dados. A Presidente **Conselheira Rose Neubauer**
92 pergunta se também estão analisando os dados gerais, o que a **Conselheira Lucimeire Cabral**
93 esclarece que trataram os dados que estão no texto *“Educação Brasileira em 2020”*. A
94 **Conselheira Vera Wey** diz, sobre a urgência e como mitigar os impactos na aprendizagem, que
95 o Anuário também trata dos limites da educação remota, um ponto importante. A **Conselheira**
96 **Emília Cipriano** completa que a CEIFAI destacou esse trecho do Anuário, o que revela essa
97 limitação e as implicações nesses contextos. A **Conselheira Lucimeire Cabral** coloca que, no
98 trecho sobre o Sistema Nacional de Educação, que já foi referência, usam as comorbidades
99 para falar das desigualdades, das questões de infraestrutura, de investimento, das prioridades
100 da educação. É importante quando o relatório trata dos desafios sem tratar como “terra
101 arrasada”, considerando o muito que já foi feito, olhando para os números que avançam e que
102 terminam mostrando o movimento do país, e a pandemia revelou o que já estava frágil, com
103 relação ao acesso e ao uso de tecnologias, e o que é necessário fazer para que não haja
104 retrocesso. As mudanças e permanências foram outro ponto de discussão na CEIFAI, e como se
105 dão as formulações das políticas e quais são as que devem continuar e quais são as que
106 precisam sofrer descontinuidades. Quanto à Educação Infantil, chamou a atenção dos
107 Conselheiros da CEIFAI a ampliação de 58,4% no atendimento das crianças de 2 e 3 anos, e a
108 cidade de São Paulo se destaca nesse dado, mas o Anuário não aponta os dados para a
109 primeira infância. Sobre as crianças e jovens de 6 a 14 anos, 98% estavam no Ensino
110 Fundamental em 2020, mas 20% desses alunos não concluem na idade esperada, número 6%
111 inferior com relação aos dados de 2009, mas ainda assim é um número significativo de
112 crianças e jovens que não concluem na idade certa, sendo que apenas 77,5% dos jovens pretos
113 concluem o Ensino Fundamental, enquanto 87,3% são os jovens brancos concluintes. No
114 Ensino Médio, em 2020, 26,2% dos estudantes dessa modalidade apresentaram defasagem
115 igual ou superior a 2 anos em relação à série em que deveriam estar cursando, em uma
116 modalidade que dura apenas 3 anos. Em seguida, a **Conselheira Lucimeire Cabral** diz que a
117 CEIFAI comparou todos esses dados com a cidade de São Paulo, e sobre a infraestrutura
118 chamou a atenção o contexto em que a escola está, pois há unidades no país que não possuem
119 ainda a estrutura mínima, tais como banheiros, água potável e energia elétrica. A **Conselheira**
120 **Cristina Cordeiro** completa que o Brasil é gigante e diverso, e compartilha sua experiência
121 quando esteve no Norte do país, especificamente na Ilha do Marajó-PA, onde há professores

122 que ministram suas aulas na casa das crianças, com banheiro do lado de fora e, portanto, esses
 123 dados precisam ser qualificados. O estado de São Paulo possui escola rural, há comunidades
 124 no país que não possuem redes de esgoto, há a questão da precariedade de localidades que
 125 não organizam estruturalmente a sua Rede, mas há contextos em que isso não será alterado.
 126 Por fim, a **Conselheira Lucimeire Cabral** fala sobre a rede conveniada estar enquadrada como
 127 rede privada no Anuário, e o estado de São Paulo é o que mais utiliza dessa possibilidade para
 128 a Educação Infantil pública. A **Conselheira Emília Cipriano** reforça as conquistas que a
 129 Educação alcançou, algo que o relatório contempla apresentando a evolução que foi
 130 ocorrendo no país, uma construção longa e de muitas lutas, entre elas a da Educação Infantil,
 131 uma das áreas que mais avançou nos últimos 30 anos em termos de espaço que ocupa
 132 enquanto política pública. A **Conselheira Silvana Drago** lembra que a CEIFAI também discutiu
 133 os dados sobre os investimentos com o uso, atualmente, de 6,3% do PIB na Educação. A
 134 **Conselheira Sueli Mondini** completa que deveríamos estar no patamar de uso de 7% do PIB
 135 em Educação, e até o final do período 10% do PIB. A **Conselheira Marina Feldmann** diz que a
 136 CEIFAI debateu também a importância do FUNDEB como indutora de políticas que
 137 revitalizaram a Educação, assim como as conquistas a partir da sua promulgação e seu
 138 monitoramento. A **Conselheira Sueli Mondini** reforça que a principal conquista, com relação
 139 ao FUNDEB, foi a criação de vagas para a Educação Infantil. A Presidente **Conselheira Rose**
 140 **Neubauer** concorda que o FUNDEB é a maior conquista para a Educação do Brasil no final do
 141 século XX, mas é necessário cuidado com a aplicação do recurso. A **Conselheira Cristina**
 142 **Cordeiro** fala que pensaram muito sobre o FUNDEB, o piso salarial, a BNCC, e que todas essas
 143 conquistas precisam ser integradas, com um sistema para a Educação, como existe na
 144 Assistência Social, que transformou em política o que era assistencialismo e filantropia. A
 145 Presidente **Conselheira Rose Neubauer** concorda, pois diz ser federativa, e acha que os
 146 estados federados precisam ter autonomia, pois políticas extremamente fechadas no nível
 147 nacional são temerosas. Com o FUNDEB e o PNE, o Brasil já possui, de certa forma, um
 148 sistema, mas o que o país não possui são lideranças para cuidar da política nacional de
 149 Educação. A **Conselheira Cristina Cordeiro** completa que esse sistema está fragmentando, e
 150 que precisa ser organizado para ser fortalecido, e não ser alterado com facilidade a depender
 151 da gestão do MEC. A Presidente **Conselheira Rose Neubauer** reforça que tem preocupações
 152 com um sistema que oferta muito poder ao Governo Federal, pois o Brasil tem uma história de
 153 autoritarismo, uma democracia muito frágil e recente. A **Conselheira Fátima Antonio** coloca
 154 que o debate na CEIFAI foi muito interessante quando depararam com tantas conquistas que o
 155 Brasil alcançou, e também por identificarem o grande desafio que possuímos neste momento
 156 que é assegurar essas conquistas. Talvez esses 4 anos do atual Governo Federal não possibilite
 157 nenhum passo para frente, e a missão nesse momento é não permitir retrocessos. A
 158 Presidente **Conselheira Rose Neubauer** pontua que haverá retrocessos, principalmente pela
 159 combinação de dois fatores: por um lado um Governo Federal que não prioriza a Educação, e
 160 por outro lado a ruptura do que vinha avançando por conta da pandemia. A **Conselheira**
 161 **Fátima Antonio** reforça as atitudes aguerridas do CME diante de todas as ameaças de
 162 retrocesso até então, o que reverbera e é muito importante. A Presidente **Conselheira Rose**
 163 **Neubauer** finaliza elogiando a apresentação da CEIFAI e encaminha, para a próxima semana,

Ata da 1.010ª Sessão Ordinária do Pleno – 26/08/2021

164	as apresentações individuais dos Conselheiros de cada um dos itens do Anuário Brasileiro da
165	Educação Básica. Nada mais havendo a tratar, a Presidente Conselheira Rose Neubauer
166	encerra a Sessão Plenária agradecendo a presença e participação dos Conselheiros. A Ata foi
167	lavrada por Mayra Regina Vidal e o comprovante de participação na teleconferência será
168	utilizado como lista de presença. São Paulo, 26 de agosto de 2021.

**Sessão realizada por teleconferência por meio da plataforma Microsoft Teams,
conforme Decreto Municipal nº 59.283, de 16/03/2020 (Artigo 12, Inciso I)**

SESSÃO DO CONSELHO PLENO

REUNIÃO DO DIA 26/08/2021

Horário: 16h

PRESENÇA DOS CONSELHEIROS

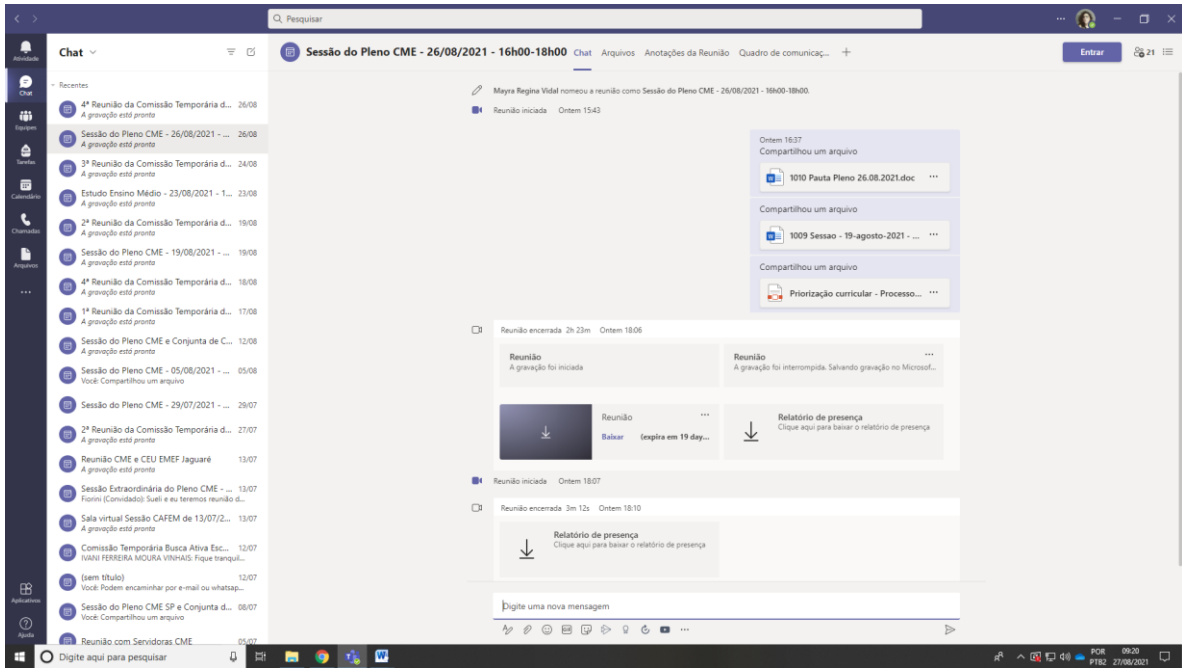
CONSELHEIROS TITULARES:

1. Cristina Margareth de Souza Cordeiro
2. Emília Maria Bezerra Cipriano Castro Sanches
3. Fátima Cristina Abrão
4. Karen Martins de Andrade
5. Maria Cecília Carlini Macedo Vaz
6. Marina Graziela Feldmann
7. Neide Cruz (NO EXERCÍCIO DA TITULARIDADE)
8. Sueli Aparecida de Paula Mondini (Vice-Presidente CME)
9. Teresa Roserley Neubauer da Silva – Rose Neubauer (Presidente CME)

SUPLENTE:

1. Fátima Aparecida Antonio
2. João Alberto Fiorini Filho
3. Lucimeire Cabral de Santana
4. Maria Adélia Gonçalves Ruotolo
5. Silvana Lucena dos Santos Drago
6. Vera Lucia Wey

Ata da 1.010ª Sessão Ordinária do Pleno – 26/08/2021



Ata da 1.010ª Sessão Ordinária do Pleno – 26/08/2021

Sessão do Pleno CME - 26/08/2021 - 16h00-18h00

01:02:47

Participantes

Convidar alguém ou ligar para um nú...

Compartilhar convite

- Lilian Maciel da Silva Parisi
- Lucimeire Cabral de Santana
- MARIA ADELIA GONCALVES ...
- Maria Cecilia Carlini (Convida...
Convidado
- Marina Graziela Feldmann
Fora da organização
- Neide (Convidado)
Convidado
- Rose Neubauer (Convidado)
Convidado
- Silvana Drago (Convidado)
Convidado
- Sueli Aparecida de Paula Mon...

+15 MF CC RN SM SD

Rose Neubauer (Convidado) Sueli Aparecida de Paula ... Silvana Drago (Convid...

Digite aqui para pesquisar

58% 24°C 17:05 26/08/2021

